



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

TEORIA INSTITUCIONAL E DEPENDÊNCIA DE RECURSOS: COADUNANDO PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO AMBIENTAL

DELICIO PEREIRA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
delcio.sbs@gmail.com

ALEXANDRE BORGES FAGUNDES

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
borges.fagundes@gmail.com

FERNANDA HANSCH BEUREN

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
fernanda.beuren@udesc.br

TEORIA INSTITUCIONAL E DEPENDÊNCIA DE RECURSOS: COADUNANDO PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO AMBIENTAL

Resumo: Este artigo tem como objetivo estabelecer relações entre as perspectivas institucional e da dependência de recursos, tomadas do ponto de vista da sustentabilidade e inovação ambiental. Sob este propósito, visita aspectos teóricos das referidas abordagens, no intuito de aproximar construtos que permitam a explicação de uma maior diversidade de processos de adaptação e execução ambientalmente direcionados nas organizações. A ênfase institucionalista pode permitir importantes avanços organizacionais a partir de sua tradução como influências consolidadas, advindas principalmente do ambiente externo. Pelo prospecto da dependência de recursos, pode-se definir formas de integrar insumos organizacionais e capacitar indivíduos no intento de promover um melhor posicionamento das empresas. Assim, este trabalho pretende situar a concepção compartilhada de meio ambiente como elo para a convergência e integração de capacidades, que permitam adesão de dispositivos elegíveis para fomentar as inovações ambientais. Também prospecta movimentos reativos e voluntaristas como fontes para a aproximação entre estas duas abordagens, de forma a permitir um melhor desempenho das soluções propostas na forma de produtos, serviços e processos organizacionais, enquanto novos entrantes correlatos à ecoinovação e boas práticas ambientais.

Palavras-chave: Teoria Institucional, Teoria da Dependência de Recursos, Inovação Ambiental.

INSTITUTIONAL AND RESOURCE DEPENDENCE THEORIES: CONCILIATING PROSPECTS FOR SUSTAINABILITY AND ENVIRONMENTAL INNOVATION

Abstract: This article aims to establish links between the institutional and resource dependence perspectives, taken from the point of view of sustainability and environmental innovation. Under this purpose, view theorists aspects of these approaches, in order to bring constructs that allow the explanation of a greater diversity of adaptation processes and implementing environmentally targeted in organizations. The institutionalist emphasis may allow important organizational advances from its translation as consolidated influences, resulting primarily from the external environment. By the prospect of resources dependence, can be defined ways to integrate organizational inputs and empower individuals in an attempt to promote a better positioning of companies. Thus, this paper intends to place the shared design of environment as a link to the convergence and integration capabilities, enabling accession of eligible devices to promote environmental innovations. Also prospects reactive and proactive movements as sources for the rapprochement between these two approaches, in order to allow a better performance of the solutions proposed in the form of products, services and organizational processes, as new entrants related to eco-innovation and good environmental practices.

Keywords: Institutional Theory, Resource Dependence Theory, Environmental Innovation.

1. INTRODUÇÃO

Assim como o mundo tem experimentado recorrentes ciclos de mudança, um curso sincrônico e correlato pode ser observado nas organizações: impulsionando-as ou restringindo-as. Este processo pode representar um grande potencial e entendido como propício à ação interventiva e estratégica dos gestores; a partir da observância do contexto em que estão inseridos e da necessidade de adquirir competências para a decisão (PUGH; HICKSON, 2004).

Considerando o panorama contemporâneo, os executivos são desafiados a captar, processar e aplicar de forma eficiente novas condicionantes organizacionais; de acordo com as necessidades de mudanças percebidas em seu ambiente, atribuindo conteúdo às rotinas pelas quais buscarão extrair o potencial máximo de suas organizações e assegurar vantagens competitivas.

Neste contexto, a sustentabilidade ambiental emerge na pauta estratégica das organizações, enquanto entrante para a discussão acerca de uma anunciada escassez de recursos naturais e prospecção de alternativas técnicas que solucionem o impasse entre modelo econômico atual e os passivos ambientais e sociais resultantes de suas práticas.

A partir de princípios, diretrizes e metas alçadas em fóruns de discussão e conferências mundiais, o movimento do desenvolvimento sustentável vem se consolidando como um dos mais importantes das últimas décadas (BARBIERI *et al.*, 2010). Seja nos certames da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ou nas publicações de natureza acadêmica, que proliferam argumentos acerca da matéria; seus extratos apontam para a possibilidade de mudança não somente do modelo econômico, mas, sobretudo, das organizações.

Seus vetores dispõem sobre a geração de alternativas tecnológicas e fomento à inovação ambiental que resultem na redução dos impactos causados pela exaustão dos recursos naturais. Assim, o modelo de desenvolvimento fundamentado na lógica modernista da acumulação de riquezas é colocado em “xeque”, pois, se por um lado proporcionou grande progresso tecnológico, econômico e social; por outro, implicou numa série de efeitos negativos sobre o meio ambiente e desigualdades de ordem social (ROSA, 2007).

Mediante a ameaça de acesso e disponibilidade de recursos naturais necessários à geração e oferta de produtos e serviços, as organizações buscam alternativas para obter desempenho satisfatório frente a estas condições. No balizamento entre interesses dos gestores e pressupostos à manutenção do bem-estar das gerações atuais e futuras, verifica-se uma imensa lacuna a ser vencida. Considerando a impossibilidade de se manter o mesmo padrão de crescimento sem um possível colapso ambiental e social, aponta-se para o despertar para a busca de um paradigma alternativo, em que o crescimento das riquezas e a prosperidade das organizações não conduza para crescentes riscos ambientais, escassez ecológica e a disparidade social (HASENCLEVER; CUNHA, 2011).

Sob esta ênfase, uma organização sustentável

(...) é a que procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente. (...) A incorporação desses objetivos significa adotar estratégias de negócios e atividades que atendam suas necessidades e dos seus *stakeholders* atuais, enquanto protegem, sustentam e aumentam os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 70).

Os constituintes apresentados são recorrentes nos estudos organizacionais, sobretudo, se estabelecidos enquanto elementos circunscritos nas reflexões sobre adaptação às mudanças.

Por um lado, apontam para a teoria e pesquisa sobre institucionalização, enfatizando regras legitimadas, mitos e crenças que moldam a realidade social – cuja variedade e natureza influenciam as características das organizações. Esta conformação pode ser vislumbrada em estudos como o de Ferreira (2008), onde sustentabilidade e inovação ambiental são conotados dentro de um prospecto aderente a convenções que valorizem imagem e reputação, com clara interconectividade a hábitos de maior valor social.

Por outro ângulo, podem ser compreendidos sobre a égide da teoria da dependência de recursos, relevando os efeitos do ambiente sobre os resultados estratégicos, mas defendendo a capacidade dos gestores em manipular o ambiente em função de suas possibilidades materiais e organizacionais. Esta condução pode ser representada pela pesquisa de Alves (2009), que observou o duplo direcionamento na condução de ações de responsabilidade social e ambiental; focalizando também o cumprimento de obrigações legais, quanto a criação de vantagem competitiva por parte das organizações.

Neste sentido, o presente trabalho defende a ideia de que sustentabilidade e inovação ambiental, no âmbito das organizações, podem ser melhor compreendidas e aplicadas a partir de uma combinação entre as perspectivas institucional e da dependência de recursos.

2. SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é resultado de um processo histórico contemporâneo, caracterizado por questionamentos sobre a sociedade industrial e sua conduta de desenvolvimento; cujo modelo demonstra-se esgotado. Assim, a sustentabilidade pode ser entendida como um conceito derivado da ecologia, mas que demanda a expressão de sua operacionalidade nas sociedades humanas (ROSA, 2007).

A forma como as organizações dispõem seus processos de geração e especificação de produtos e serviços, tem gerado impactos significativos no meio ambiente. Considerando o atual *status* de desenvolvimento técnico/científico, assim como estas organizações potencialmente causam problemas ambientais, também devem ser chamadas a desempenhar um papel decisivo na sua solução. O desafio dos gestores reside exatamente na integração das demandas de sustentabilidade num contexto holístico; endógeno e exógenos às organizações (CARRILLO-HERMOSILLA; GONZALEZ; KÖNNOLA, 2009).

A relação entre sustentabilidade ambiental, desempenho econômico e competitividade tem sido intensamente discutida, mas continua envolta em certa obscuridade. Os vários estudos disponíveis ainda dão origem a perspectivas muito diferentes sobre essa relação (CARRILLO-HERMOSILLA; GONZALEZ; KÖNNOLA, 2009; SAVITZ, 2007). A visão “tradicionalista” (ou neoclássica), onde a regulamentação ambiental tem por objetivo a maximização do bem-estar social, tornando as organizações poluentes responsáveis pelos custos da externalidade negativa que produzem, corrigindo assim as falhas de mercado. Em decorrência disso, as políticas ambientais podem gerar um impacto adverso na competitividade, na medida em que impõe custos adicionais ao empreendimento. Nestes casos podem ser esperadas estratégias de negócios defensivas e a adoção de tecnologias fim-de-tubo (CARRILLO-HERMOSILLA; GONZALEZ; KÖNNOLA, 2009; NASCIMENTO; MENDONÇA; CUNHA, 2012).

A visão "revisonista" adota uma perspectiva mais dinâmica da relação entre sustentabilidade e competitividade, e atribui protagonismo para a mudança e inovação tecnológica. Um melhor desempenho ambiental pode propiciar a redução de custos produtivos e levar um patamar superior de competitividade através da eficiência, da produtividade e apontar novas oportunidades de mercado. Nesta situação, a mudança tecnológica é, provavelmente, uma condição necessária, embora insuficiente, para atingir a sustentabilidade

(CARRILLO-HERMOSILLA; GONZALEZ; KÖNNOLA, 2009; NASCIMENTO; MENDONÇA; CUNHA, 2012).

Um modelo sustentável deve promover a coesão e a mobilidade social, elevar a participação política dos cidadãos e respeitar a sua identidade cultural, assegurando o acesso ao poder e o desenvolvimento das instituições sociais (MAY, 2001).

2.1 Inovações Ambientais ou Ecoinovação

Como parte dos mecanismos propícios à frenagem dos efeitos da crise ambiental, surgiu a perspectiva estratégica das ecoinovações ou inovações sustentáveis, pretensa à renovação dos modelos de negócios, através das mudanças tecnológicas nos processos de provimentos de produtos e serviços, no comportamento de usuários e organizações; além das interações decorrentes destas práticas (MAJER, 2004).

As ecoinovações podem ser de natureza tecnológica, organizacional, social e institucional. Quando de ordem tecnológica, imprimem caráter cautelar ou reparatório de danos, sejam nas tecnologias interventivas nos processos fim-de-tubo ou nas técnicas e aparatos de produção mais limpa, em qualquer estágio produtivo. Enquanto natureza organizacional visa convergir à auditoria de processos e introdução de novos serviços vocacionados às medidas socioambientais. Para a condução qualificada social, prospecta mudança de hábitos, valores e comportamentos, intensificando a adesão a um estilo de vida sustentável. Por fim, numa tipologia institucional, alicerça os fundamentos para uma política de sustentabilidade, através das respostas e iniciativas das instituições para os problemas de ordem ambiental (RENNINGS, 1998).

A quantificação e dimensionamento da ecoinovação passa inequivocamente pela pesquisa do processo criativo e de implemento ao mote; a abrangência de seus efeitos; o caráter consciente de sua aplicação; métodos e políticas que permitam seu alinhamento e correção de curso; efeitos econômicos e implicações de médio e amplo escopo; além de proeminência a incentivos de amplo espectro (ARUNDEL; KEMP, 2009).

Dos extratos provenientes desta mensuração, emergem análises e diretrizes macro, qualificáveis à condição de políticas específicas de ecoinovação; enfáticas à redução de impactos ambientais e dos custos decorrentes, melhorando as características do comportamento ecoinovador das organizações e instituições. Ou seja, pretendem a combinação ótima entre programas de apoio e medidas ambientais, numa coordenação constante entre políticas ambientais e de inovação (RENNINGS, 1998).

3. PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

Entende-se por institucionalização o processo de transformar crenças e ações em regras de conduta social. Dentro de uma trajetória e através da influência de estruturas de aceitação e replicação, convertem-se em padrões, sendo adotados naturalmente, ou ainda incorporados como concepções compartilhadas da realidade (FONSECA, 2003).

Enquanto perspectiva para o estudo das organizações pode ser classificada como uma abordagem simbólico-interpretativista, na qual é enfatizada a construção social da realidade (PRATES, 2000). Busca a explicação de fenômenos nas organizações, mediante o juízo sobre 'como' e 'por que' as estruturas e processos são legitimados e seus efeitos (DANIELS; JOHNSON; CHERNATONY, 2002).

Essencialmente, a perspectiva institucional supõe as organizações sob duas dimensões: a técnica e a institucional. No espaço técnico é caracterizado pela troca de bens e serviços; ao passo que no institucional transmite a fixação e propagação de normas de atuação, demandados para a legitimidade organizacional. Assim, as organizações recebem influências dos ambientes técnico e institucional, sendo sua reputação um desdobramento de sua eficiência e adequação aos requisitos sociais (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999).

A abordagem institucionalista volta sua atenção para o exame das componentes de redes relacionais e sistemas culturais que modelam e sustentam a estrutura e a ação das organizações (FONSECA, 2003). Neste âmbito, ao buscar legitimação na interação com o ambiente, os gestores escolhem estratégias e empreendem decisões que sofrem influência da resistência ambiental, seja no tocante à conformidade a normas, regras e crenças institucionalizadas; promovendo um embate com seus critérios de eficiência, produzindo lacunas entre a estrutura formal e as práticas efetivamente seguidas (MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 1999).

As organizações adotarão as formas institucionalizadas e reconhecidas pelo Estado, podendo representar, por exemplo, uma condição associada à sazonalidade ou às legislaturas; estabelecendo ações muitas vezes coercitivas ou pautadas pela confluência de novas normativas. Podem também confluir por conta de incertezas do ambiente ou frente a ambiguidade de objetivos (MEYER; ROWAN, 1977).

DiMaggio e Powell (1991) apontam que o processo da definição institucional é formado por quatro aspectos: pelo aumento na interação entre a organização e o ambiente; pela emergência por estruturas de dominação interorganizacional; pelo aumento da informação necessária às organizações do campo e o desenvolvimento de uma consciência mútua entre os participantes envolvidos nas organizações.

Uma vez estabelecidas num campo, emergem pressões para que as organizações se tornem cada vez mais similares. Neste sentido, o conceito que melhor captura esta condução à homogeneização é o isomorfismo, cujos mecanismos podem expressar três resultantes. A primeira delas coercitiva, provinda das pressões formais e informais por organizações na forma de arranjos de dependência e da expectativa cultural da sociedade a qual estão associados. Neste contexto, há uma homogeneização pela autoridade presente nos relacionamentos (DIMAGGIO; POWELL, 1991; MEYER; ROWAN, 1977).

A segunda resultante isomórfica é a mimética, originada na incerteza acerca das tecnologias e objetivos das organizações. Sob este ponto de vista, as organizações se ajustam aos casos setoriais que aparentam desempenho superior. Esta forma de isomorfismo pode ser indiretamente propagada através do intercâmbio de recursos humanos ou, ainda, sob atuação direta de grupos consultores. A terceira forma de isomorfismo é o de natureza normativa, desdobrada a partir de um percurso de profissionalização, onde membros de uma carreira ou ocupação estabelecem disputas para definir condições e metodologias de trabalho. Esta manifestação emerge, sobretudo, da educação formal, da justificação de base cognitiva acadêmica e das redes de relacionamentos que amplificam a difusão de novos direcionamentos (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Resumidamente, a perspectiva institucional firma a configuração organizacional não como um processo racional, mas como um sistema desdobrado das pressões internas e externas que levam à uma estrutura determinística com ênfase em normas e trajetória para explicar as ações das organizações (EINSENHARDT, 1988).

4. PERSPECTIVA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS

A Teoria da Dependência de Recursos surge com alternativa à Teoria Institucional, ao considerar a influência do ambiente nas organizações, mas de forma diferente; onde a interdependência está no âmbito das organizações, permitindo que seus gestores possam fazer escolhas em relação ao ambiente em que encontram, assumindo que existe mais de uma possibilidade de decisão a ser conduzida pela organização (ROSSETO; ROSSETO, 2005).

As organizações relacionam-se ativamente com o ambiente procurando manipulá-lo em seu benefício. Diferentemente do aspecto determinista da Teoria Institucional, a Teoria da Dependência de Recursos possui viés voluntarista. Assim, o ambiente é percebido e interpretado pelos atores humanos dentro das organizações e está sujeito a diferentes percepções, pelas quais as decisões organizacionais são tomadas (ROSSETO; ROSSETO, 2005).

Neste sentido, as escolhas estratégicas operam como elementos chave dentro da perspectiva de Dependência de Recursos, e pode ser realizada de três formas em relação ao ambiente. A primeira refere-se a autonomia do tomador de decisão, considerando o fato que mais de uma decisão pode ser tomada, mediante o nicho ambiental ocupado. A segunda trata da operação das escolhas estratégicas, operando com o ambiente na intenção de modificá-lo – seja em função de ações econômicas, políticas ou antepondo-se à concorrência. Por fim, a terceira maneira refere-se à possibilidade de diferentes interpretações do ambiente com base na trajetória individual do gestor, baseando seu julgamento em precedentes pessoais e valores próprios (SIMON, 1976).

Hatch e Cunliffe (2006) reforçam que o argumento base da Teoria da Dependência de Recursos é o de que a análise do ambiente organizacional pode ajudar a gerência a compreender a força da influência do ambiente e realizar ações de antecipação a esta influência. Também apontam que a vulnerabilidade das organizações está na dependência do âmbito externo, principalmente acerca dos insumos que são controlados pelo ambiente, num complexo rol outras dependências concorrentes.

Dentro da abordagem de Dependência de Recursos, algumas estratégicas são sugeridas para equilibrar estas dependências. Uma delas diz respeito à adaptação ou alterações de restrições aplicáveis à organização. Outra alternativa aponta para a mudança nas relações de interdependências, através de fusões, diversificação ou crescimento de portfólio. Ainda acerca das possibilidades estratégicas, são cabíveis a negociação do ambiente através de parcerias, *joint ventures* ou associações; ou através de ações políticas para mudar a legalidade e legitimidade no ambiente (PUGH; HICKSON, 2004).

O processo de gerenciamento pela Teoria de Dependência de Recursos é instruído a partir do reconhecimento do fluxo dos bens e insumos na organização, ponderando sua procedência e destino no espaço interorganizacional. Uma vez verificada esta pertinência, viabiliza-se a mobilidade dessas relações. Entretanto, frente à limitação do controle global dos recursos da organização, a prioridade será baseada no nível de criticidade e escassez destes itens (HATCH; CULNIFFER, 2006). Assim, para esta teoria, é preponderante o contexto interno das organizações, enquanto meio política onde são apuradas as decisões estratégicas (PFEFFER; SALANCIK, 1978).

5. COADUNANDO PERSPECTIVAS

Apesar das distintas contribuições associadas a cada uma das perspectivas teóricas pontuadas, e confluências a elementos de interesse à viabilização da sustentabilidade e inovação ambiental, percebe-se que a análise unilateral apresenta lacunas de aplicação.

Num primeiro momento, pode-se sugerir que a Teoria de Dependência de Recursos contempla de forma mais satisfatória as tendências acerca da sustentabilidade, pela recorrente preocupação com a escassez dos recursos naturais. No entanto, a ideia de conciliação dos processos de adaptação pode ampliar estes propósitos.

Por um lado, a Dependência de Recursos pode mobilizar um contexto de acomodação, principalmente em organizações tradicionais e operadas sob inovação dependente; onde uma suposta passividade pode ser convertida em posturas mais diversificadas e viáveis frente às pressões institucionais.

Ambas as perspectivas, observam a escolha organizacional como limitada por uma ampla gama de pressões externas, muitas vezes incompatíveis, e entendem seus ambientes de inserção como configurações coletivas e interconectadas. Sobre estas deverão atuar de forma sensível, respondendo às suas demandas, a fim de garantir a sobrevivência (ROSSETTO; ROSSETO, 1999). Neste âmbito, podem apropriar elementos da sustentabilidade, sobretudo no sentido da eco-inovação e seu papel de imprimir caráter cauteloso e reparatório nas estruturas e na convergência à auditoria e qualificação da demanda.

Sob a perspectiva institucional, observa-se uma ênfase na conformidade com o ambiente institucional e na internalização de regras e normas externas; o que pode expressar a oportunidade de alicerçamento de fundamentos para uma política de sustentabilidade, contempladas nas respostas e iniciativas das instituições para os problemas de ordem ambiental.

A dependência de recursos enfoca um amplo grupo de comportamentos de escolha que as organizações podem utilizar para manipular a pressão externa, o que pode confluir para estratégias ambientais que explorem e modifiquem hábitos e processos de produção e distribuição ambientalmente responsáveis – definindo modos de agir também mobilizados por este tipo de interesse.

No tocante à Teoria Institucional, a sustentabilidade ambiental pode encontrar elementos de utilidade na concepção de conformidade, enquanto meio para alcançar maior probabilidade de sobrevivência. Neste sentido, ao alcançar ressonância nas instituições, a sustentabilidade pode buscar junto às organizações um maior comprometimento de causa, aceitação junto a profissionais e legitimidade dentro dos ajustes das organizações. Por outro lado, no âmbito da Dependência de Recursos, confronta na variedade de estratégias experimentáveis uma alternativa cabível à conformidade.

Em resumo, as duas perspectivas parecem permear aspectos complementares acerca das decisões estratégicas que levam à adaptação; cuja ênfase pode progredir eficientemente para o conjunto de circunstâncias associadas à sustentabilidade e inovação ambiental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diferenças entre perspectivas, as Teorias Institucional e de Dependência de Recursos expõem complementaridade; sobretudo mediante a possibilidade de explicar uma maior diversidade de processos de adaptação e execução que podem coexistir nas organizações. Em grande parte, este argumento está situado na concepção comum acerca do meio ambiente:

qualificado como fator preponderante ao funcionamento das organizações, e que também pode ser traduzido sob as expressões sustentabilidade e inovação ambiental.

A ênfase institucionalista pode permitir importantes avanços organizacionais a partir de sua tradução como influências consolidadas, advindas principalmente do ambiente externo, sob a forma de pressões para adequação a regulamentos, rotinas e exigências emergentes na construção e transição para sustentabilidade e desenvolvimento de soluções com ênfase ambiental.

Sob esta mesma confluência, pelo prospecto da dependência de recursos, pode-se definir formas de integrar insumos organizacionais e capacitar indivíduos no intento de promover um melhor posicionamento das empresas frente às influências advindas do ambiente externo. Conforme os gestores traduzem estes estímulos em novas competências organizacionais, permite-se uma progressão das condições de competição, na contínua adaptação das estruturas e tecnologias instaladas frente às condições do ambiente.

Quanto mais voluntarista for a integração entre estas duas abordagens, pressupõe-se maior incremento no desempenho das soluções propostas na forma de produtos, serviços e processos organizacionais; sistematizando novos entrantes correlatos à ecoinovação e boas práticas ambientais.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. B. **Vantagem Competitiva por Meio da Responsabilidade Socioambiental: um estudo de múltiplos casos de indústrias do setor de eletroeletrônicos e autores acerca de estratégia organizacional**. 103 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

ARUNDEL, A.; KEMP, R. Measuring Eco-Innovation. **Unu-Merit Working Paper Series**, 2009. Disponível em: <goo.gl/5fQJCI>. Acesso em: 05 set. 2016.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e Sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 50, n. 2, jun/2010.

CARRILLO-HERMOSILLA, J.; GONZALEZ, P. D. R.; KÖNNOLA, T. **Eco-Innovation: When Sustainability and Competitiveness Shake Hands**. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

DANIELS, K.; JOHNSON, G.; CHERNATONY, L. Task and Institutional Influences on Managers Mental Models of Competition. **Organization Studies**, v. 23, n. 1, p. 31-62. 2002.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Vhigaco: University of Chicago Press, 1991.

EISENHARDT, K. M. Agency and Institutional Theory Explanations: the case of retail sale compensation. **Academy of Management Journal**, v. 31, p. 488-51, 1988.

FERREIRA, D. V. **Atitude Socialmente Responsável ou Estratégia Comercial: o Caso do Pacto Global**. 82 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Mestrado Executivo em Gestão Empresarial, Rio de Janeiro, 2008.

FONSECA, V. S. A Abordagem Institucional nos Estudos Organizacionais: Bases Conceituais e Desenvolvimentos Contemporâneos. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Orgs.) **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio e Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 47-66.

HASENCLEVER, L.; CUNHA, S. K. Eco-Inovação e a Transição para o Desenvolvimento Sustentável. In: NEVES, L. S. **Sustentabilidade: Anais de Textos Seleccionados do V Seminário sobre Sustentabilidade**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

HATCH, M. J.; CUNLIFFE, A. L. **Organization Theory: Modern, Symbolic and Postmodern Perspectives**. 2 ed. New York: Oxford University Press, 2006.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; FERNANDES, B. H. R. Mudanças e Estratégia nas Organizações: Perspectivas Cognitiva e Institucional. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. (Orgs.) **Administração Contemporânea: Perspectivas Estratégicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. A Teoria Institucional. In: MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. **Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

MAJER, H. Sustainable Innovations: Conditions, Emergence, Policy. In: BANSE, G.; HRONSKY, I.; NELSON, G. (Eds). **Rationability in a Uncertain World**. Berlin: Edition Sigma. P. 157-174.

MAY, P. H. Avaliação Integrada da Economia do Meio Ambiente: Propostas Conceituais e Metodológicas. In: ROMEIRO, A. R. (Org.) **Economia do Meio Ambiente**. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, p. 340-363, 1977.

NASCIMENTO, T. C.; MENDONÇA, A. T. B. B.; CUNHA, S. K. Inovação e Sustentabilidade na Produção de Energia: o caso do sistema setorial de energia eólica no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR (Online)**, vol. 10, n. 3, p. 630-651, 2012.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R. **The External Control of Organizations: a Resource-Dependence View**. New York: Harper & Row, 1978.

PRATES, A. A. P. Organização e Instituição no velho e novo Institucionalismo. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Orgs). **Novas Perspectivas na Administração de Empresas: uma Coletânea Luso-Brasileira**. São Paulo: Iglu, 2000.

PUGH, D. S.; HICKSON, D. J. **Os Teóricos das Organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

RENNINGS, K. **Towards a Theory and Policy of Eco-Innovation: Neoclassical and (Co)Evolutionary Perspectives**. Discussion Paper Nr. 98-24. Mannheim, Centre for European Economic Research (ZEW), 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/6uZtcg>>. Acesso em 05 Set. 2016.

ROSA, A. **Rede de Governança Ambiental na Cidade de Curitiba e o Papel das Tecnologias de Informação e Comunicação**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2007.

ROSA, A. L. M. **A Contribuição do MDL à Promoção do Desenvolvimento Sustentável: um Estudo Empírico com os Projetos Aprovados no Brasil**. 163 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

ROSSETTO, C. R.; ROSSETTO, A. M. Teoria Institucional e Dependência de Recursos na Adaptação Organizacional: uma Visão Complementar. **Revista de Administração de Empresas (RAE Eletrônica)**, v. 4, n. 1, jun. 2005.

ROSSETTO, C. R.; ROSSETTO, A. M. A Combinação das Perspectivas Institucional e da Dependência de Recursos no Estudo da Adaptação Estratégica Organizacional. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 7, n. 12, p. 111-136, mai. 1999.

SAVITZ, A. W. **A Empresa Sustentável: o Verdadeiro Sucesso é o Lucro com Responsabilidade Social e Ambiental**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SIMON, H. A. **Administrative Behavior**. 3 ed. New York: Free Press, 1976.